

Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nos Termos do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários N.º 2/2012

Introdução

- 1) Nos termos do requerido no n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 2/2012, executámos os procedimentos abaixo descritos relativamente à Taxa Global de Custos mencionada no documento de Informação Fundamental ao Investidor (IFI) em anexo do Victoria PPR Acções Maximização calculada com referência ao exercício de 2016.
- 2) Os procedimentos foram executados exclusivamente no âmbito da referida disposição regulamentar e para que as respetivas conclusões sejam apresentadas à CMVM.

Procedimentos Efetuados

- 3) O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Auditoria aplicável a procedimentos acordados e abrangeu os seguintes procedimentos:
 - a. Extração direta da aplicação de gestão de investimentos em uso pela Companhia dos relatórios, com referência ao exercício de 2016 demonstrativos dos: i) valores diários da carteira de investimentos afeta ao Produto, verificando a concordância dos totais dos relatórios com os respetivos saldos contabilísticos no Balancete da Companhia com referência à mesma data;
 - b. Recálculo da média aritmética dos valores diários da carteira de investimentos afetos ao Produto e verificação da sua concordância com o apresentado na IFI;
 - c. Recálculo da percentagem apresentada, nomeadamente a percentagem da taxa de encargos correntes tendo em conta a fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento.

Conclusões

- 4) Com base no trabalho efetuado apresentamos as nossas conclusões:
 - a. Os valores relativos a comissões de gestão e de depósito utilizados para o cálculo da taxa de encargos correntes são concordantes com os mencionados nos relatórios da aplicação de

gestão para o Produto e concordantes com os respetivos saldos contabilísticos no Balancete da Companhia com referência à mesma data;

- b. O valor da média aritmética dos valores diários da carteira de investimentos afetos ao Produto utilizado para o cálculo da taxa de encargos correntes é concordante com o apurado através do recálculo efetuado;
- c. A taxa de encargos correntes apresentada na IFI é concordante com a apurada através do recálculo efetuado;
- d. A Companhia não procede à repartição dos custos de auditoria e outros custos pelos Produtos.

Considerações Gerais

- 5) Devido ao facto de os procedimentos acima não constituírem nem uma auditoria nem uma revisão feitas de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aplicáveis, não expressamos qualquer opinião de auditoria ou revisão sobre as componentes de custos e carteira afetos ao produto.
- 6) No caso de termos executado procedimentos adicionais ou no caso de termos feito uma auditoria ou uma revisão das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aplicáveis (ou outras normas nacionais ou práticas relevantes), outras matérias podiam ter chegado ao nosso conhecimento que teriam sido relatadas a V. Exas.
- 7) O nosso relatório destina-se exclusivamente para a finalidade apresentada no primeiro parágrafo deste relatório e é para Vossa informação e da CMVM e não se destina a ser usado para qualquer outra finalidade ou para ser distribuído a outras partes. Este relatório refere-se apenas à carteira de investimentos do Fundo incorporado e não se estende às suas demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Lisboa, 2 de maio de 2017


Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC nº 1230
Registada na CMVM com o nº 20160841

Informações Fundamentais ao Investidor PRODUTO FINANCEIRO COMPLEXO

Um investimento responsável exige que conheça as suas implicações e que esteja disposto a aceitá-las.

<p>Designação: VICTORIA PPR Acções Maximização Instrumento de Captação de Aforro Estruturado</p> <p>Entidade Gestora: VICTORIA Seguros de Vida, S.A. Sede social na Avenida da Liberdade, n.º 200, 1250-147 Lisboa</p>	<p>TODOS OS INVESTIMENTOS TÊM RISCO</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>Risco de perder a totalidade do capital investido</p>  <p>1 2 3 4</p> <p>NÍVEL CRESCENTE DE ALERTA</p> </div> <p>Consulte o IFI/ prospeto em www.cmvn.pt</p>
--	--

Advertências específicas ao Investidor

Este produto financeiro complexo (PFC):

- Pode implicar a perda da totalidade do capital investido;
- Pode proporcionar rendimento nulo ou negativo;
- Implica que sejam suportados custos, comissões ou encargos;

«Tomei conhecimento das advertências» a redigir pelo investidor

Data:

Hora:

Assinatura do Cliente:

Descrição e Principais Características do Produto

- **Quanto, quando e a que título o investidor paga ou pode pagar:**
O contrato poderá ser efectuado através de prémios programados ou através de prémio único, podendo em qualquer um dos casos serem entregues prémios adicionais;

Os montantes mínimos e os encargos de subscrição são os seguintes:

Prémios	Limite Mínimo
Prémio Programado com Entrega Mensais	€ 50
Prémio Programado com Entrega Trimestrais	€ 150
Prémio Programado com Entregas Semestrais	€ 300
Prémio Programado com Entregas Anuais	€ 600
Prémio Único	€ 250

Handwritten signature

Montante Investido (Prémio)	Comissão de Subscrição (Incide sobre o Montante Investido)	
	(Prémios programados)	(Prémio único)
≤ € 3.000	2,0%(*)	2,00%
> € 3.000 e ≤ € 10.000	(*) Comissão incide sobre montante entregue pelo investidor na data de cada prémio programado;	1,00%
> € 10.000 e ≤ € 50.000		0,50%
> € 50.000		0,25%

• **Quanto, quando e a que título o investidor recebe ou pode receber:**

Em caso de morte, vencimento ou reembolso (total ou parcial), a VICTORIA liquidará o valor das unidades de participação detido à data do respectivo processamento por parte dos serviços administrativos da VICTORIA.

O contrato poderá ser reembolsado, desde que as entregas tenham antiguidade superior a 5 anos, nas seguintes situações: A partir dos 60 anos, reforma por velhice, morte, incapacidade permanente para o trabalho, desemprego de longa duração, doença grave e pagamento de prestações de crédito à aquisição de habitação própria e permanente. Não existem comissões ou encargos sobre o montante reembolsado.

• **Quando, como, em que circunstâncias e com que consequências o investimento cessa ou pode cessar:**

No vencimento, em caso de reembolso total, ou em caso de morte da pessoa segura correspondendo o montante ao valor das Unidades de Conta à data do respectivo processamento por parte dos serviços administrativos da VICTORIA. Os motivos pelos quais o investimento pode ser reembolsado encontram-se definidos abaixo.

O investidor seja pessoa singular poderá solicitar a resolução, sem necessidade de fundamento específico, nos 30 dias a seguir à data da recepção da apólice.

• **Caracterização do PFC**

O VICTORIA PPR Acções Maximização é um instrumento de captação de aforro estruturado.

Política de Investimentos:

O Fundo investe no Mercado Obrigacionista, quer em Obrigações de Dívida Pública quer em Obrigações de Empresas e no mercado accionista europeu. O investimento no mercado accionista será no máximo de 50% do valor do Fundo. O investimento no mercado imobiliário está limitado a 15% do património do Fundo e poderá ser efectuado directamente ou indirectamente através de fundos de investimento imobiliário. O investimento em activos denominados em moedas diferentes de Euro está limitado a 15%. O Fundo poderá investir em instrumentos derivados com objectivo de protecção de capital e rendimento.

Condições de Reembolso e Resolução:

Resolução: O investidor seja pessoa singular poderá solicitar a resolução, sem necessidade de fundamento específico, nos 30 dias a seguir à data da recepção da Apólice em forma escrita ou por outro meio duradouro disponível e acessível à VICTORIA, sem prejuízo da comissão de subscrição que lhe seja devida. A VICTORIA tem direito aos custos de desinvestimento que comprovadamente tiver suportado incluindo o custo da Apólice no valor de 25€. Entende-se por custos de desinvestimento a eventual desvalorização das unidades de participação do fundo afectas à Apólice, verificada na data em que se efectiva o desinvestimento.

Reembolso:

1) Durante a vigência do contrato pode ser solicitado o reembolso, total ou parcial, do plano de poupança desde que se verifique um dos seguintes casos: a) Reforma por velhice da pessoa segura; b) Desemprego de longa duração da pessoa segura ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar; c) Incapacidade permanente para o trabalho da pessoa segura ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar, qualquer que seja a causa; d) Doença grave da pessoa segura ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar; e) A partir dos 60 anos da pessoa

segura; f) Morte da pessoa segura ou do seu cônjuge, pelos herdeiros legais ou beneficiários designados, tendo em consideração os termos previstos no nº. 7 do art. 4º do Decreto-Lei nº. 158/2002 de 2 de julho; g) Utilização para pagamento de prestações de crédito à aquisição de habitação própria e permanente;

2) O reembolso efectuado ao abrigo das alíneas a) e e) só pode verificar-se quanto aos prémios entregues relativamente aos quais já tenham decorrido pelo menos 5 anos após as respectivas datas de aplicação pelo tomador de seguro;

3) Porém, decorrido que seja o prazo de 5 anos após a data de entrega do primeiro prémio, a pessoa segura pode exigir o reembolso do plano de poupança, ao abrigo das alíneas a) e e) do ponto 1, se o montante dos prémios entregues na primeira metade de vigência do contrato representar, pelo menos, 35% da totalidade dos prémios;

4) O disposto nos pontos 2 e 3 aplica-se igualmente às situações de reembolso previstas nas alíneas b) a d) do ponto 1, nos casos em que a pessoa em cujas condições se funde o pedido de reembolso já se encontrasse, à data de cada prémio entregue, numa dessas situações;

5) Para efeitos das alíneas a) e e) do ponto 1, e sem prejuízo do disposto nos pontos 2 e 3, nos casos em que por força do regime de bens do casal o plano de poupança seja um bem comum, releva a situação pessoal de qualquer dos cônjuges, independentemente da pessoa segura, admitindo-se o reembolso de 60 anos pelo conjugue que não seja a pessoa segura. Do pedido de reembolso deve constar o consentimento escrito da pessoa segura.

O valor de reembolso corresponde ao valor das unidades de conta à data do respectivo processamento; O pagamento do valor será efectuado por crédito na conta que seja indicada, até 5 dias úteis a contar da data do pedido entrar na VICTORIA tendo por base o valor da unidade de conta do dia do processamento do pagamento, sendo este efectuado a preço desconhecido. O reembolso fora das condições previstas pela legislação implica a devolução às autoridades fiscais do benefício fiscal usufruído acrescido de penalização (consultar nota "Regime Fiscal" abaixo).

Período de Comercialização

Data início de comercialização: 1 de agosto de 2003.

Duração do Contrato

O contrato deverá ser celebrado até aos 60 anos de idade da pessoa segura, com um mínimo de 5 anos.

Principais factores de Risco

Risco de Mercado:

A variação do valor de mercado dos activos nos quais o fundo autónomo investe tem impacto na rentabilidade do produto, podendo em situações adversas ter impacto negativo no valor da unidade de participação. Este risco existe em todos os activos nos quais o fundo investe, nomeadamente activos accionistas, obrigacionistas e imobiliários.

Risco de Capital:

O montante a receber pelo investidor poderá ser inferior ao capital investido.

Risco de Crédito:

O fundo autónomo está exposto ao risco de crédito dos activos que o compõem, o que poderá influenciar negativamente o valor da unidade de participação.

Risco de Taxa de Juro:

Risco de uma alteração na estrutura temporal das taxas de juro ter impacto negativo no valor de mercados dos activos do fundo sujeitos a esse risco.

Risco Cambial:

O fundo autónomo poderá registar variações negativas devido a evolução prejudicial das taxas de câmbio aplicáveis a activos denominados em moeda estrangeira.

Risco de Liquidez:

Poderão existir variações no valor do fundo autónomo, devido a eventuais custos de transformar um dado instrumento financeiro em moeda.

Risco Jurídico e Fiscal:

Alterações legislativas, nomeadamente ao nível fiscal poderão ter implicações na rentabilidade do produto.

Cenários e Probabilidades

Pior Resultado Possível: O investimento neste produto pode implicar a perda da totalidade do capital investido.

Melhor Resultado Possível: Assumindo o cumprimento integral por parte dos emitentes dos activos nos quais o produto investe, é esperado o reembolso do capital investido acrescido de uma remuneração potencial.

Encargos

Encargos imputáveis directamente ao investidor:

Comissão de Subscrição:	
Contribuições Programadas	2,00%
Contribuições Extraordinárias	
Até 3.000,00 Eur	2,00%
De 3.000 Eur a 10.000,00 Eur	1,00%
De 10.000,00 Eur a 50.000 Eur	0,50%
Superior a 50.000,00 Eur	0,25%
Comissão de Transferência:	
Para outra seguradora / entidade gestora	0,0%
Para outro PPR gerido pela VICTORIA	0,0%

Encargos imputáveis directamente ao PFC:

Comissão de Gestão (componente fixa)	2,4% ao ano (cobrada 0,2% ao mês)
Comissão de Depósito	
(O Fundo possui os activos distribuídos por dois	0,05% ao ano (Santander Totta)
custodiantes: BCP e Santander Totta)	0,07% ao ano (Millennium BCP)

Outros encargos: O PFC suporta todas as despesas relativas à compra, venda e outras operações de activos por conta do fundo autónomo. Os custos relativos aos honorários dos Auditores do Fundo e à Taxa de Supervisão são suportados pela Entidade Gestora.

Taxa Global de Custos (TGC): 2,50%

(período de referência: ano de 2016)

Custos	Valor (€)	% Valor Fundo
Comissão de Gestão	9.753,08	2,43%
Comissão de Depósito	233,73	0,06%
Outros Custos	14,33	0,00%
Total	10.001,14	
TGC	2,50%	

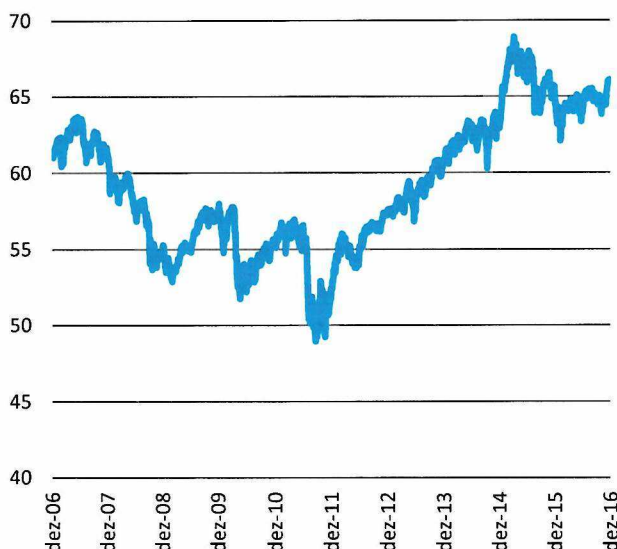
Rotação Média da Carteira: 51,2%

(período de referência: ano de 2016)

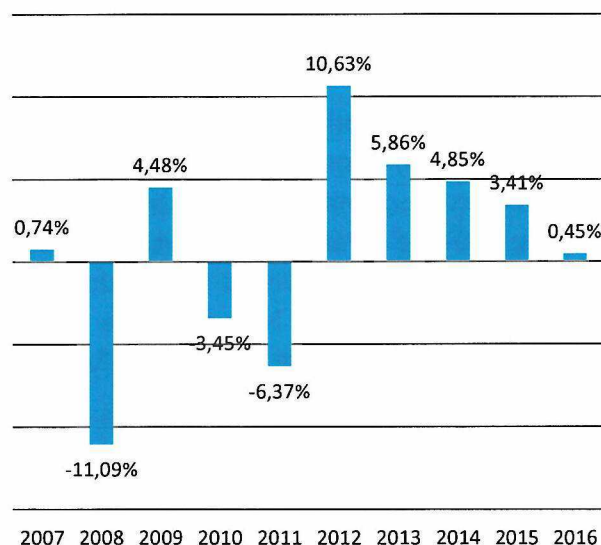
Volume Transações	205.212,30 €
Valor Médio da Carteira	400.541,81 €
Rotação Média da Carteira	51,2%

Rentabilidade e Riscos Históricos

Evolução da Unidade de Participação:



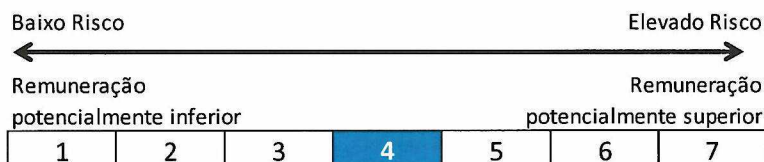
Rentabilidade (representação gráfica):



Rentabilidades e Risco Históricos:

Ano	Rendibilidade	Risco
2016	0,45%	4
2015	3,41%	4
2014	4,85%	4
2013	5,86%	4
2012	10,63%	4
2011	-6,37%	4
2010	-3,45%	4
2009	4,48%	4
2008	-11,09%	4
2007	0,74%	4

Advertência: As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Outras Informações

Data de elaboração do documento:

30-04-2013

Data da última actualização:

30-04-2017

Entidade Comercializadora / Entidade responsável pela elaboração do IFI:

VICTORIA Seguros de Vida, S.A., através das suas delegações e rede de mediadores autorizados (listagem disponível nas delegações da companhia). A entidade comercializadora é responsável pela prévia disponibilização do IFI aos investidores, sendo responsável por assegurar que a informação disponibilizada aos investidores, designadamente o IFI cumpre os requisitos legais.

Autoridades de Supervisão:

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) – Supervisão no plano prudencial e comportamental relativamente à actividade da companhia de seguros VICTORIA Seguros de Vida, S.A.
Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) – Supervisão no plano da comercialização.

Reclamações:

Qualquer reclamação será analisada pela VICTORIA podendo também as partes interessadas pedir a intervenção do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, sem prejuízo de recurso à via judicial.

Locais de Consulta de Documentação:

Em qualquer delegação VICTORIA e no sítio da internet www.victoria-seguros.pt

Regime Fiscal:

O participante, poderá deduzir à coleta 20% do valor subscrito no respetivo ano por titular não casado, ou por cada um dos cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens, desde que observadas as condições de reembolso, com um limite máximo de: 400 €, se o Participante tiver idade inferior a 35 anos; 350 € se o Participante tiver entre 35 e 50 anos e 300 € se o Participante tiver idade superior a 50 anos. Não são dedutíveis à Coleta do IRS os valores aplicados pelos sujeitos passivos após a data da passagem à reforma. Notamos que estes limites integram os limites globais estabelecidos para as deduções à coleta, que variam em função do escalão do rendimento coletável do sujeito passivo, de acordo com o quadro seguinte:

Rendimento Coletável (€)	Limite (€)
Até 7.035	Sem limite
De mais de 7.035 até 80.000	O que resulte da aplicação da seguinte fórmula: $1.000 + [(2.500 - 1.000) \times (80.000 - \text{rendimento. coletável} / 80.000 - 7.035)]$
Superior a 80.000	1.000

A fruição do benefício previsto fica sem efeito, devendo as importâncias deduzidas, majoradas em 10%, por cada ano ou fração, decorrido desde aquele em que foi exercido o direito à dedução, ser acrescidas à coleta do IRS do ano da verificação dos factos, se aos participantes for atribuído qualquer rendimento ou for concedido o reembolso dos certificados, salvo em caso de morte do subscritor ou quando tenham decorrido, pelo menos, cinco anos a contar da respetiva entrega e ocorra qualquer uma das situações definidas na lei.

Reembolso:

O valor do benefício poderá ser recebido discricionariamente pelo Participante sob a forma de capital, renda, ou qualquer combinação das duas. Benefício pago sob a forma de Rendas: Tributação em sede de IRS, nos termos das regras aplicáveis aos rendimentos da categoria H, incluindo as relativas a retenções na fonte, no momento do pagamento ou colocação à disposição. Benefício pago sob a forma de Capital: Tributação em sede de IRS, nos termos das regras aplicáveis aos rendimentos da categoria E, incluindo as relativas a retenções na fonte. Assim, observadas as condições de reembolso dos valores aplicados, 2/5 do rendimento auferido será tributado autonomamente em IRS à taxa de 20%, isto é, o rendimento será tributado a uma taxa de 8% para entregas efetuadas a partir de 01.01.2006 e a uma taxa de 4% para entregas efetuadas a partir de 31.12.2005. Fora das situações definidas na lei, o rendimento será tributado à taxa de 21,5%(*) até ao 5º ano; 17,2%(*), a partir do 5º e até ao 8º ano e 8,6% a partir do 8º ano. Notamos que estão a ser consideradas as taxas para sujeitos passivos residentes fiscais no Continente.

(*) desde que, na primeira metade do contrato, tenham sido pagos, pelo menos, 35% dos prémios.

«Recebi um exemplar deste documento previamente à aquisição» a redigir pelo investidor

Data:

Hora:

Assinatura do Cliente: